

INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL DOS BANCOS EM CABO VERDE

ENVIRONMENTAL PERFORMANCE INDICATORS OF BANKS IN CAPE VERDE

José Carlos Teixeira¹

RESUMO

Este artigo visa analisar e comparar o desempenho dos bancos em Cabo Verde em matéria da sustentabilidade ambiental. Dos gastos divulgados, classificou-se em três indicadores onde se determinou o rácio gasto médio por funcionário. Este rácio mede o desempenho dos bancos com base numa média de gastos anuais por funcionário. Os resultados apontam que em 2008, em termos globais o Banco Comercial do Atlântico e a Caixa Económica de Cabo Verde foram os que mais gastaram. O banco que menos gastou foi o Banco Africano do Investimento. Contudo, quando comparado em termos de gasto médio por funcionário num ano de actividade, o resultado aponta os funcionários do Banco Africano do Investimento e do Banco Interatlântico como os que mais gastaram com a água, gás, energia e combustíveis, impressos e material de consumo e deslocações, estadas e representação.

Palavras-chave: Sustentabilidade ambiental. Bancos. Gestão ambiental. Benchmarking.

ABSTRACT

This article aims to analyze and compare the performance of banks in Cape Verde on environmental sustainability. Expenses disclosed, classified into three indicators where they determined the average amount spent per employee ratio. This ratio measures the performance of banks based on an average annual expenditure per employee. The results show that in 2008, overall the Banco Comercial Atlântico and Caixa Economica of Cape Verde were the biggest spenders. The bank that spent the least was the African Investment Bank. However, when compared in terms of average expenditure per employee a year of activity, the result shows the staff of the African Investment Bank and Interatlântico Bank as the most spent on the water, gas, electricity and fuel, and printed material consumption and travel, lodging and representation.

Keywords: Environmental Sustainability. Banking. Environmental Management. Benchmarking.

¹ Mestre em Administração de Empresas pela Universidade Jean Piaget. MBA em Administração pela MBA Business School de Canárias. Licenciado em Comércio Internacional pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. Técnico Bancário e Consultor em gestão. E-mail: carloslivro@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas têm levado a uma pressão para a mudança de comportamentos e nas práticas de gestão, buscando entender até que ponto tais fenômenos podem influenciar os negócios. É preocupação global repensar as novas formas de actuações e de protecção ao meio ambiente e das gerações futuras. O sector bancário é aqui chamado no âmbito da Declaração de Collevocchio (2003) para reconhecer e aceitar a sua responsabilidade social e ambiental. As instituições financeiras, e o sector bancário em particular, são entidades singulares na promoção da sustentabilidade devido à influência que exercem sobre a sociedade como intermediários de capital. São ao mesmo tempo grandes empregadores e grandes consumidores.

Segundo dados do BCV (2009, p. 65), em termos percentuais, de 2007 para 2008 os resultados líquidos do sector bancário cabo-verdiano teve uma forte queda (17,3% em 2008 contra os 72,1% em 2007). Na origem desta evolução menos favorável está o aumento dos custos de funcionamento dos bancos. Nisto reside a razão central deste artigo: os elevados consumos dos bancos em Cabo Verde quando comparados com outros sectores da economia nacional. O sector bancário em Cabo Verde é composto por poucos bancos mas é muito expressivo em termos de número de pessoas que emprega. A questão que se põe é a seguinte: qual é o banco em Cabo Verde ambientalmente mais eficiente na sua gestão interna? Assim, o objectivo principal deste artigo consiste em analisar e comparar o desempenho dos bancos em Cabo Verde em matéria da sustentabilidade ambiental. Especificamente, procura-se comparar o desempenho ambiental entre os bancos, medir o grau de relação entre as variáveis em estudo e o nº de funcionários e, promover e motivar os bancos nacionais a melhorarem os seus performances ambientais. A realidade é que os bancos em Cabo Verde já adoptam práticas ambiental mais eficientes nas suas operações internas.

A metodologia proposta consiste numa pesquisa bibliográfica e documental a partir das informações públicas divulgadas em balanço social e relatórios e contas dos bancos *on-shore* a actuarem em Cabo Verde no final de 2008. Para tal, irá se utilizar a técnica do *benchmarking* para a recolha de dados. Esta técnica consiste em acompanhar processos de organizações concorrentes ou não, que sejam reconhecidas como representantes das melhores práticas (PAGLIUSO, 2005). A escolha desta população prende-se com o facto de serem bancos comerciais e, para além de serem os mais gastadores, recaem sobre eles a maior pressão quanto a mudanças de paradigmas na gestão bancária em Cabo Verde.

Para além da introdução, o presente artigo se estrutura da seguinte forma: uma breve caracterização dos bancos em Cabo Verde; uma revisão teórica a volta do tema em questão; a deescrição da metodologia usada no trabalho; apresentação dos resultados do estudo; e por fim, as considerações finais.

2 CARACTERIZAÇÃO DO SECTOR BANCÁRIO EM CABO VERDE EM 2008

A evolução do sector bancário em Cabo Verde é caracterizada por três regimes, a saber: o regime colonial (antes de 1975), o regime monobancário (de 1975 a 1990) e o regime liberal (após 1990). Precisamente, foi com a liberalização económica do país, em 1990, que se deu a abertura do país a iniciativa privada e ao investimento externo. No que se refere ao sector bancário, o governo aprovou uma lei que retirou a actividade bancária do controlo exclusivo do Estado (Lei n.º 52/III/89) e editou legislação sobre as instituições financeiras internacionais (BCV, 2008). Em Agosto de 1993, foi aprovada uma nova Lei Orgânica do Banco de Cabo Verde, passando este a exercer exclusivamente as funções de banco central - regulador e supervisor do sistema -, desanexando a vertente comercial e, pondo assim termo a 17 anos de um regime monobancário (BCV, 2008). Dessa separação surgiu o Banco Comercial do Atlântico, Sarl, com capitais exclusivamente públicos. A reestruturação do sistema financeiro permitiu condições para a entrada de novos bancos no país.

O surgimento desses novos bancos veio trazer dinamização, competitividade e qualidade ao sector. Assim, no final de 2008, o sistema bancário cabo-verdiano continha a operar no segmento de mercado *on-shore* cinco (5) bancos comerciais (Tabela 1).

Tabela 1 - Composição do sector bancário em Cabo Verde (em 31.12.2008)

Banco	Capital social (milhão de contos)	Principal accionista	Nº agências	Nº de trab.	Activo total (milhões contos)
Banco Comercial do Atlântico (BCA)	1,000	Consórcio Caixa Geral de Depósitos/Banco Interatlântico (52,5%)	28	435	63,0
Caixa Económica de Cabo Verde (CECV)	0,348	Instituto Nacional de Previdência Social (31,4%)	25	222	32,0
Banco Caboverdiano de Negócios (BCN)	0,900	Banif SGPS (51,7%)	15	110	10,0
Banco Interatlântico (BI)	0,600	Caixa Geral de Depósitos (70%)	7	82	15,0
Banco Africano de Investimento (BAI)	1,000	Banco Africano de Investimento (71%)	1	58	1,46

Fonte: Dados extraídos dos Relatórios e Contas dos bancos em análise

Durante o ano de 2008, registou melhorias significativas no sector bancário, que vai desde o aumento do número de agências e de clientes, bem como de oferta de novos produtos e serviços financeiros (BCV, 2009, p. 70). Em termos gerais, o sector bancário cabo-verdiano manteve uma

evolução positiva segundo avaliações das agências de *rating* internacionais nomeadamente, da *Doing Business* e da *Fitch Ratings*.

A semelhança dos anos anteriores, o sector apresentou no final de 2008 resultados do exercício positivos. O crédito a clientes teve um crescimento significativo de 30,3% (contra os 17,5% em 2007), situando-se nos 65.968,2 milhões CVE. Os depósitos de clientes registaram um acréscimo de 7,5%, situando-se nos 99.266,3 milhões CVE. Os resultados líquidos, em termos totais estiveram na ordem dos 1.571,3 milhões CVE, apresentando uma variação positiva de 232,2 milhões CVE. Contudo, em termos percentuais, esta evolução representa uma forte desaceleração relativamente à 2007, dado o abrandamento registado ao nível do produto bancário e o aumento dos custos de funcionamento.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL EM CABO VERDE

Em Cabo Verde, a problemática ambiental começou a ser abordado logo após a independência, com a tomada de consciência por parte da população dos riscos associados aos problemas ambientais globais (ROCHA; NEVES, 2007). A partir dos anos 1990 viu-se reforçada essas acções e a “integração do ambiente nas políticas nacionais tornou-se realidade através da integração do princípio do desenvolvimento sustentável e ao fazer da obtenção de um nível elevado de protecção ambiental uma das prioridades” (ROCHA; NEVES, 2007, p. 16). Em 1993, o governo introduziu a vertente ambiental no seu programa², acrescenta os autores. Com a elaboração do Plano de Acção Nacional para o Ambiente - PANA II em 2003, estabeleceu-se objectivos de desenvolvimento sustentável num horizonte de dez anos (2004-2014) basicamente orientada para a gestão sustentável dos recursos ambientais (ROCHA; NEVES, 2007).

Enquanto pequeno estado insular em desenvolvimento, Cabo Verde é marcado pela vulnerabilidade estrutural que a abrange (IPAD, 2008). O país é “particularmente vulnerável às ameaças ambientais como aquecimento global, subida do nível do mar, perda da biodiversidade, ordenamento desigual do território e degradação das terras ” (ROCHA e NEVES, 2007, p. 15). Os factores relacionados à essa vulnerabilidade ligados “à própria origem do arquipélago são, geralmente, ordenados por diferentes autores, num triângulo a que Rocha e Neves (2007, p. 18) chamaram de “Triângulo da vulnerabilidade básica de Cabo Verde”. Esta vulnerabilidade coloca o país perante a necessidade de desenvolvimento de capacidades específicas que lhe permitam ser sustentável a longo prazo. A sustentabilidade deve estar assente num desenvolvimento económico e social, suportado no equilíbrio sustentável entre o ambiente, a economia e a demografia.

² Vale destacar de que o direito ao ambiente em Cabo Verde está consagrado no artigo 72 da Constituição da Republica - Lei Constitucional n.º 2/III/90 de 28 de Setembro -, onde no nº 1 lê-se “Todos têm direito a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender e valorizar”. A alínea b) do nº 2 revela a competência dos poderes públicos na promoção do ambiente e, pode-se ler: “Promover a educação ambiental, o respeito pelos valores do ambiente, a luta contra a desertificação e os efeitos da seca”.

3.2 SUSTENTABILIDADE NOS BANCOS

Segundo Ramos (2009, p. 14), a partir do início da década de 90 tem surgido uma série de iniciativas voluntárias e acordos legislativos em relação à sustentabilidade no sector da banca. Em 1992, a Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP FI) publica o *Statement by Banks on Environmental Sustainable Development*, sobre a forma como os bancos devem gerir os seus riscos ambientais. Entre 1993 e 1998, a Associação Britânica de Bancos publica vários artigos sobre a responsabilidade ambiental dos bancos e a necessidade de desenvolver metodologias de implementação da gestão de riscos. Em 1994, nos Estados Unidos da América, a Fundação da Associação Ambiental de Bancos apoia as instituições financeiras no desenvolvimento de políticas e processos de gestão dos riscos ambientais. Em 2003, foram criados os Princípios do Equador por bancos como o Citigroup, ABN-AMRO, WestLB e Barclays, que começaram a ter problemas relacionados com os riscos ambientais nas suas áreas de *Project Finance*. Estes princípios estão destinados a servir como uma base comum de aplicação entre as instituições financeiras para financiamento de projectos acima de US\$ 10 milhões. No mesmo ano ainda foi criada a Declaração de Collevocchio por um ONG e outras instituições fora do sector financeiro como resposta aos Princípios do Equador. Em 2006, o *Financial Times* e a IFC³ lançam o prémio anual Banco Sustentável, premeiando a liderança e inovação na integração das questões ambientais, sociais e de governança.

3.3 EFICIÊNCIA AMBIENTAL NA GESTÃO BANCÁRIA

Segundo Lins e Wajnberg (2007, p. 15), no que se refere a sustentabilidade, as práticas e acções das instituições bancárias podem subdividir-se em duas grandes dimensões: (i) finanças sustentáveis, que engloba práticas relacionadas a novos produtos e às actividades fins do negócio, e (ii) gestão ecoeficiente, que é composta por práticas de gestão que não estão directamente relacionadas às actividades geradoras de receitas dos bancos. Entre as práticas de gestão ecoeficiente podemos encontrar os princípios de ecoeficiência na gestão operacional e os indicadores de eficiência ambiental.

De acordo com o GRI (2007, p. 30):

A dimensão ambiental da sustentabilidade refere-se aos impactes da organização nos sistemas naturais vivos e não-vivos, incluindo ecossistemas, solos, ar e água. Os indicadores ambientais abrangem o desempenho relacionado com os consumos (por ex., matérias-primas, energia, água) e com a produção (por ex., emissões, efluentes, resíduos). Estes indicadores englobam ainda o desempenho relacionado com a biodiversidade, com a conformidade ambiental e com outras informações relevantes, tais como despesas com o meio ambiente e os impactes de produtos e serviços.

As empresas disponibilizam informações relativas as suas abordagens de gestão sobre os aspectos ambientais com o objectivo de demonstrar que estabelecem metas de desempenho ambiental

³ IFC – International Finance Corporation, instituição privada do Banco Mundial. Disponível em: <http://www.ifc.org/ifcext/enviro.nsf/AttachmentsByTitle/p_BankingonSustainability/>. Acesso em: 11 nov. 2009.

(RAMOS, 2009, p. 68). Refere-se as matérias-primas; energia; água; material de escritório (como papel e tinta); emissões, efluentes e produção de resíduos (como lixo e dispensa de equipamentos obsoletos) e emissões indirectas de Gases Efeito de Estufa (como consumo de combustíveis derivados das viagens e visitas de negócios); biodiversidade; produtos e serviços; entre outros.

Tosini (2006, p. 1) apela a implementação de um sistema de gestão ambiental nos bancos, com o argumento de que melhora a ecoeficiência, com a consequente redução do risco ambiental e dos custos, além de melhorar o capital reputacional.

4 METODOLOGIA

A pesquisa decorreu entre Setembro de 2009 e Outubro de 2010. A população deste estudo é composta somente por bancos *on-shore* a actuarem em Cabo Verde no final de 2008: Banco Comercial do Atlântico (BCA), Banco Cabo-verdiano de Negócios (BCN), Banco Interatlântico (BI), Banco Africano de Investimento (BAI) e Caixa Económica de Cabo Verde (CECV). A escolha desta população prende-se com o facto de serem bancos comerciais e, para além de serem os mais gastadores, recaem sobre eles a maior pressão quanto a mudanças de paradigmas na gestão bancária em Cabo Verde.

Esta pesquisa, bibliográfica e documental, utilizou o método quantitativo (BARAÑAMO, 2004) em que foram usadas exclusivamente as informações públicas divulgadas em balanço social e relatórios e contas das entidades bancárias objecto do estudo. Utilizou-se a técnica do *benchmarking* para a recolha de dados. Esta técnica consiste em acompanhar processos de organizações concorrentes ou não, que sejam reconhecidas como representantes das melhores práticas (PAGLIUSO, 2005). De acordo com Andion e Fava (2002, p. 32):

Após identificadas as principais dificuldades e competências internas da empresa, é importante compará-las com outras empresas, através do *benchmarking*. O *benchmarking* é uma prática que possibilita à empresa comparar seu desempenho com outras empresas de classe mundial. Através do *benchmarking*, a empresa poderá ter um parâmetro para avaliação do seu desempenho, como também obter novas ideias para melhoria de seus processos.

Os dados recolhidos são informações relativas aos desempenhos ambientais internas, nomeadamente, os gastos obtidos com o consumo de água (Qtd./m³), energia (Qtd./kWh), papel (Qtd./kg), tinta (Qtd./cx), produção de resíduos (Qtd./kg) e emissão de CO₂ (Qtd./t)⁴, e entre outros. Como esses dados não eram uniformes entre os bancos (detalhes da rubrica Fornecimentos e Serviços de Terceiros), para efeitos de investigação, os autores tiveram que adaptar os dados, sistematizando-os e harmonizando-os de forma a poder analisá-los no *Statistical Package for the Social Sciences*, versão 15.0 *for Windows* (SPSS, inc., 2007). Para tal classificou-os em três indicadores: água, gás, energia e combustíveis (AGEC); impressos e material de consumo (IMC); e deslocações, estadas e representação (DER). A medição desses indicadores foi realizada em relação aos colaboradores pois

⁴ Significado das siglas: Qtd – quantidade; m³- metro cúbico; kWh – Quilowatt-hora; kg – kilograma; cx - caixa; CO₂ – dióxido de carbono; t – tonelada.

a dimensão de todas as entidades (a nível de colaboradores, clientes, instalações, entre outros) é diferente, resultando impossível a comparação do seu desempenho em termos de consumo, emissão e produção totais. Desta forma, seguiu-se a proposta de Ramos (2009, p. 68) no qual os indicadores são analisados em termos de FTE, ou seja, “(...) *Full Time Equivalent*, equivalente a um colaborador a tempo inteiro durante um ano”. Tendo em conta a influência do número de funcionários para o aumento dos gastos com as rubricas em análise, foi determinado o rácio gasto médio por funcionário. Este rácio mede o desempenho dos bancos com base numa média de gastos anuais por funcionário. É obtido através da relação entre o gasto anual e o número de funcionários do banco por indicador.

Analisou-se também os gastos bancários por tipo de instituição, sendo estes divididos em semi-público e privado. As instituições semi-público são aquelas que têm participação do estado na sua estrutura accionária (BCA e CECV). As restantes instituições são as privadas.

Para a análise das variáveis utilizou-se o método da Correlação com o objectivo de estudar a intensidade da relação entre as variáveis em estudo e o “Nº de funcionários”. Neste caso, sendo variáveis quantitativas, aplicou-se o teste de Correlação de Pearson (GUIMARÃES; CABRAL, 1997). Para esta análise, só interessa as correlações estatisticamente significativas. Outros tipos de análises ainda foram efectuadas, nomeadamente as de frequência relativa e estatísticas descritivas. Foi também utilizada o teste *t* de Student para comparar as médias das distribuições (REIS et. al., 2008).

5. RESULTADOS E ANÁLISE

5.1 INDICADORES DE EFICIÊNCIA AMBIENTAL INTERNA

5.1.1 Água, gás, energia e combustíveis (AGEC)

O gasto total com esta rubrica pelo sistema bancário cabo-verdiano em 2008 é de 115 mil contos. O banco que apresenta maiores gastos é o BCA (49,4 mil contos, cerca de 43,0% do sector). A CECV fica logo atrás com 36,7 mil contos, representando 31,9% do sector. Alias, os dois bancos representam cerca de 74,9% dos gastos do sector para este indicador. Isto se explica com a estrutura e dimensão dos dois bancos. O banco com menores gastos é o BAI (6,2 mil contos correspondente a 5,4% do total). Contudo, quando comparado com o BCN (8,2% do total do sector), o BAI apresenta elevados gastos, isto tendo em conta o seu curto período de actividade durante o ano de 2008. A Tabela 2 ajuda a evidenciar este indicador entre os diferentes bancos.

5.1.2 Impressos e material de consumo (IMC)

Esta rubrica esta relacionada sobretudo com os gastos com papéis, tintas e entre outros consumíveis administrativos. O total de gastos com esta rubrica pelo sistema bancário em 2008 é de 73,3 mil contos. O BCA é o banco com maiores gastos (23,8 mil contos, cerca de 32,5% do sector).

A CECV segue a seguir com 20,0 mil contos, representando 27,3% do sector. O total dos gastos dos dois bancos com este indicador representa cerca de 59,8% dos gastos do sector. Isto deve-se ao facto desses bancos serem os maiores empregadores do sector, empregando cerca de 72,5% dos funcionários no sector (conforme a Tabela 3). O banco que apresenta menores gastos com esta rubrica é o BAI (6,3% do total do sector). Mais uma vez se põe em causa o seu desempenho, isto porque o BAI apresenta gastos que representam quase metade dos gastos do BI em pouco tempo de operação e tendo em conta o seu número de funcionários (Tabela 2).

5.1.3 Deslocações, estadas e representação (DER)

Esta rubrica esta relacionada sobretudo com os gastos considerados responsáveis pelo aumento da emissão do dióxido de carbono (CO₂), como seja o caso dos gastos com transportes. Os gastos do sector com esta rubrica, em 2008, ascendem a 115,3 mil contos. Os bancos com maiores gastos são o BCA e a CECV, cerca de 30,1% e 22,4% do sector, respectivamente (conforme a Tabela 2). Os dois bancos representam cerca de 52,5% dos gastos do sector. O banco que apresenta menores gastos com esta rubrica é o BI (13,1% do total do sector).

Tabela 2 - Indicadores de eficiência ambiental interna

Mil contos

	Banco											
	BCA		CECV		BI		BCN		BAI		Total	
	Val.	Perc.	Val.	Perc.	Val.	Perc.	Val.	Perc.	Val.	Perc.	Val.	Perc.
AGEC	49.4	43.0%	36.7	31.9%	13.3	11.4%	9.4	8.2%	6.2	5.4%	115.0	100.0%
IMC	23.8	32.5%	20.0	27.3%	11.0	15.0%	13.9	19.0%	4.6	6.3%	73.3	100.0%
DER	34.7	30.1%	25.8	22.4%	15.1	13.1%	16.1	14.0%	23.6	20.5%	115.3	100.0%
Total	107.9	35.5%	82.5	27.2%	39.4	13.0%	39.4	13.0%	34.4	11.3%	303.6	100.0%

Val. - Valores; Perc. - Percentagem

AGEC - água, gás, energia e combustíveis; IMC - impressos e material de consumo; DER - deslocações, estadas e representação

5.2 RÁCIO GASTO MÉDIO POR FUNCIONÁRIO

Em 2008, o sector bancário contava com 907 funcionários, sendo que o BCA empregava quase metade do sector (Tabela 3).

Tabela 3 - Nº de funcionários no sector bancário (em 2008)

	Funcionários	
	Número	Percentagem
BCA	435	48.0%
CECV	222	24.5%
BI	82	9.0%
BCN	110	12.1%
BAI	58	6.4%
Total	907	100.0%

Fonte: Dados extraídos dos Relatórios e Contas dos bancos em análise

A nível do rácio gasto médio por funcionário, designadamente os gastos com a água, gás, energia e combustíveis (AGEC), o banco com o melhor desempenho em termos médio por colaborador é o BCN (85.455,00 CVE por funcionário). O banco com pior desempenho é a CECV (162.195,00 CVE por funcionário). Isto demonstra desperdício de recursos em termos médios por funcionários.

Apesar dos custos totais serem maiores, o BCA apresenta o melhor desempenho em termos médios por funcionário dos gastos com impressos e material de consumo (IMC), com 54.713,00 CVE. O banco que apresenta o pior desempenho é o BI (134.146,00CVE), seguido de perto pelo BCN, cuja média de consumo situa-se nos 126.364,00 CVE por funcionário.

Quanto a deslocações, estadas e representação (DER), o banco com melhor desempenho é o BCA. Apesar dos custos totais serem maiores, o banco apresenta uma média de 79.770,00 CVE de gastos por funcionário (Tabela 4). Neste indicador, a CECV segue o BCA com uma média de 116.216,00 CVE). O banco com pior desempenho, por apresentar maiores custos, é o BAI.

Tabela 4 - Gasto médio por funcionário segundo as variáveis (em 2008)

Unidade: CVE

	Bancos				
	BCA	CECV	BI	BCN	BAI
AGEC	113,563.22	165,315.32	162,195.12	85,454.55	106,896.55
IMC	54,712.64	90,090.09	134,146.34	126,363.64	79,310.34
DER	79,770.11	116,216.22	184,146.34	146,363.64	406,896.55
Total	248,045.98	371,621.62	480,487.80	358,181.82	593,103.45

AGEC - água, gás, energia e combustíveis; IMC - impressos e material de consumo; DER - deslocações, estadas e representação

Conforma a Tabela 2, os dois maiores bancos, por natureza, demonstram ser os mais gastores. Também são os maiores empregadores. O total dos gastos do BCA com as três rubricas ascendem aos 107,9 mil contos, enquanto a CECV acumula 82,5 mil contos. O banco que acumula menos gastos com as três rubricas é o BAI (34,4 mil contos), ligeiramente abaixo dos outros dois restantes bancos – BI e BCN.

Mas, quando comparado pelo rácio gasto médio por funcionário no total das três rubricas, o rácio indica os funcionários do BAI como aqueles que apresentam maiores gastos, seguido do BI e do BCN, respectivamente. Os funcionários do BCA apresentam-se como os que, em média, menos gastam (Tabela 4).

Resumidamente, pode-se identificar de que a rubrica com maior peso nos gastos do sistema, em 2008, é “Deslocações, estadas e representação”, seguida pela rubrica com a “Água, gás, energia e combustíveis”. O banco que mais contribui para esses gastos é o BCA (107,9 mil contos) em termos globais. Em termos médio por funcionário é a CECV. Relativamente ao BAI uma palavra: em pouco mais de três meses de laboração apresenta gastos ao nível dos gastos anuais do BI e BCN.

5.3 ANÁLISE DAS MEDIDAS E DA CORRELAÇÃO ENTRE AS VARIÁVEIS

5.3.1 Análise das medidas e testes estatísticos

A tabela 5 apresenta os dados sobre as medidas estatísticas por variável relativamente aos bancos e tipos de instituição.

Tabela 5 – Estatísticas descritivas dos gastos por tipo de instituição (em 2008)

Mil contos					
Tipo	Medidas	AGEC	IMC	DER	Nº de funcionários
Semi-Publico (BCA e CECV)	Média	43,1	21,9	30,3	328,5
	Desvio padrão	9,0	2,7	6,3	150,6
	Mínimo	36,7	20,0	25,8	222
	Máximo	49,4	23,8	34,7	435
Privado (BI, BCN e BAI)	Média	9,6	9,8	18,3	83,3
	Desvio padrão	3,6	4,8	4,6	26,0
	Mínimo	6,2	4,6	15,1	58
	Máximo	13,3	13,9	23,6	110
Total (todos os bancos)	Média	23,0	14,7	23,1	181,4
	Desvio padrão	19,0	7,5	8,0	155,1
	Mínimo	6,2	4,6	15,1	58
	Máximo	49,4	23,8	34,7	435

AGEC - água, gás, energia e combustíveis; IMC - impressos e material de consumo; DER - deslocações, estadas e representação

De acordo com os dados da Tabela 5, a média dos gastos dos bancos considerados semi-públicos (BCA e CECV) é largamente superior à média dos bancos privados (BI, BCN e BAI) na totalidade das rubricas. Na variável AGECE a média dos gastos é de 43,1 mil contos para os semi-públicos e dos privados ronda os 10 mil contos. Esta mesma situação é também verificada para as variáveis IMC (21,9 mil contos para bancos BCA/CECV e 9,8 mil contos para BI/BCN/BAI) e DER (30,3 mil contos para bancos BCA/CECV e 18,3 mil contos para BI/BCN/BAI). Por outro lado, é notória uma maior variabilidade dos gastos dos bancos semi-públicos em relação aos privados no que tange às variáveis AGECE e DER.

Relativamente ao número de funcionários, os bancos BCA e CECV apresentam uma média de 328,5 funcionários e um desvio padrão de 150,6 funcionários e, distribui-se entre 222 e 435 funcionários. Nos bancos privados (BI, BCN e BAI), a média é 83,3 funcionários e o desvio padrão de 26,0 funcionários, tendo os valores mínimos e máximo iguais a 58 e 110 funcionários, respectivamente.

Perante estes resultados descritivos atrás referidos, foi necessário utilizar o teste *t* de *student* que permite fazer a comparação das médias (REIS et al., 2008).

No contexto deste trabalho científico, este teste permite comparar os gastos segundo o tipo de banco. Para a variável AGECE, o teste de comparação mostra inexistência de diferenças estatisticamente significativas entre os tipos de instituições quanto aos gastos efectuados pelos bancos [$t_{(gl=3)} = 0,603$; $p = 0,589 \geq 0,05$]. O teste da comparação para a variável IMC [$t_{(gl=3)} = -1,588$; $p = 0,211 \geq 0,05$] evidencia nitidamente sinais da não existência de diferenças significativas entre os dois tipos de instituições relativamente aos gastos. A inexistência de diferenças estatisticamente significativas em relação aos dois tipos de instituições foi também verificada para a rubrica DER, tendo em consideração que o resultado obtido [$t_{(gl=3)} = -1,397$; $p = 0,257 \geq 0,05$]. Estes resultados estatísticos obtidos levam-nos a concluir que as diferenças que vierem a ser encontradas nas três variáveis analisadas não podem ser atribuídas à diferença nos montantes gastos pelas instituições financeiras.

5.3.2 Análise da Correlação

Conforme a Tabela 6, à significância de 5%, a variável “Nº de funcionários” têm uma relação positiva muito forte com as variáveis AGECE e IMC. Particularmente, a correlação entre a variável AGECE e o “Nº de funcionários” os resultados apontam valores bem próximos de 1 (0,955), o que demonstra uma significância entre as variáveis mesmo ao nível de 2% (GUIMARÃES; CABRAL, 1997). Isto é explicado pelo facto dos gastos com esta rubrica estar dependente do “Nº de funcionários” do banco. A relação entre as variáveis “Nº de funcionários” e DER não é estatisticamente significativa a significância analisada (5%). A Tabela 6 espelha através da Correlação de Pearson uma possível significância ao nível de 6% (0,865). Esta fraca relação se explica pelo facto dos gastos com esta rubrica depender de outros factores, particularmente, os custos de transporte e os custos de alojamento.

Tabela 6 - Matriz da correlação entre as variáveis que compõem os indicadores de eficiência ambiental interna

	AGEC	IMC	DER	Nº de funcionários
Nº de funcionários	.955(*)	.897(*)	.865	1

* Correlação é significativa ao nível de 0.05

AGEC - água, gás, energia e combustíveis; IMC - impressos e material de consumo; DER - deslocamentos, estadas e representação

Pode-se concluir pelos resultados obtidos de que verifica-se a existência de fortes relações entre os “Nº de funcionários” e as variáveis AGEC e IMC. Ou seja, o consumo nessas rubricas revelam uma certa dependência do “Nº de funcionários” da instituição.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A divulgação de indicadores relativos à gestão ambiental indicia a preocupação dos bancos com a sustentabilidade, o que na opinião do relatório publicado pelo BES (2009), só contribui para a melhoria da produção e dos resultados dos bancos. Pode-se concluir que, pelas fontes analisadas, não houve evidência de que os bancos em Cabo Verde já adoptam práticas ambientais mais eficiente nas suas operações internas. Se adoptam, pelo menos não demonstram interesse nas suas divulgações. Da harmonização dos dados recolhidos, os resultados apontam o BCA como o banco com maiores gastos em 2008. Contudo, é também o banco com maior número de empregados, empregando quase metade do total do sector. O banco com menos gastos é o BAI. Em termos de gasto médio por funcionário num ano de actividade, o resultado aponta os funcionários do BAI e do BI como os menos poupadores.

Os bancos em Cabo Verde devem adoptar as melhores práticas para o sector financeiro internacionalmente aceite por todo o mundo. Devem, no entanto, estabelecer metas e divulgar resultados de desempenho para os indicadores ambientais, nomeadamente metas para a redução dos consumos da água, combustíveis, energia, papel, tintas e resíduos. A vantagem será uma gestão ecoeficiente através da racionalização dos custos e melhoria dos processos internos, o que leva a melhoria da qualidade dos produtos e serviços e a melhoria da imagem e reputação no mercado. Acima de tudo, os bancos devem procurar garantir a coerência entre as políticas de sustentabilidade definidas (e muitas vezes comunicadas) e as práticas de negócio implementadas.

REFERÊNCIAS

ANDION, Maria Carolina; FAVA, Rubens. **Planeamento Estratégico**. In.: MENDES, Judas Tadeu G. (Coord.) Coleção Gestão Empresarial, 2. Curitiba: Editora Gazeta do Povo, 2002.

BAI [Banco Africano de Investimento]. **Relatório e Contas 2008**. Praia: Banco Africano de Investimento, 2009. Disponível em: <<http://www.bancobai.cv>>. Acesso em: 12 dez. 2009.

BARAÑAMO, Ana M. **Métodos e técnicas de investigação em gestão**: manual de apoio à realização de trabalhos de investigação. Lisboa: Edições Sílabo, 2004.

BCA [Banco Comercial do Atlântico]. **Relatório e Contas 2008**. Praia: Banco Comercial do Atlântico, 2009. Disponível em: <<http://www.bca.cv>> – Acesso em: 12 dez. 2009.

BCN [Banco Cabo-verdiano de Negócios]. **Relatório e Contas 2008**. Praia: Banco Cabo-verdiano de Negócios, 2009. Disponível em: <<http://www.bcdenegocios.cv>>. Acesso em: 12 dez. 2009.

BCV [Banco de Cabo Verde]. **Colectânea de Legislação Financeira de Cabo Verde 2007**. Praia: Banco de Cabo Verde, 2008. Disponível em: <<http://www.bcv.cv>>. Acesso 13 nov. 2009.

BCV [Banco de Cabo Verde]. **Relatório Anual de 2008**. Praia: Banco de Cabo Verde, 2009. Disponível em: <<http://www.bcv.cv>>. Acesso em: 08 nov. 2009.

BES [Banco Espírito Santo]. **Relatório de Sustentabilidade 2008**. Lisboa: Banco Espírito Santo, 2009. Disponível em: <<http://www.bes.pt>>. Acesso em: 11 nov. 2009.

BI [Banco Interatlântico]. **Relatório e Contas 2008**. Praia: Banco Interatlântico, 2009. Disponível em: <<http://www.bi.cv>>. Acesso em: 12 dez. 2009.

CECV [Caixa Económica de Cabo Verde]. **Relatório e Contas 2008**. Praia: Caixa Económica de Cabo Verde, 2009. Disponível em: <<http://www.caixa.cv>>: Acesso em: 12 dez. 2009.

GUIMARÃES, Rui C.; CABRAL, José A. S. **Estatística**. Edição Revista. Lisboa: McGraw-Hill, 1997.

GRI [Global Reporting Initiative]. **Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade**. Amsterdam, 2007. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org>>. Acesso em: 15 abr. 2010.

LINS, Clarissa; WAJNBERG, Daniel. **Sustentabilidade Corporativa no Setor Financeiro Brasileiro**. Rio de Janeiro: **FBDS - Fundação Brasileira para Desenvolvimento Sustentável**, 2007.

PAGLIUSO, António T. **Benchmarking: Relatório do Comitê Temático**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

RAMOS, Carlos de L. **Sustentabilidade ambiental no sector bancário**. Lisboa. Dissertação (Mestrado em Engenharia do Ambiente). 2009.

REIS, et al. **Estatística Aplicada**, v. 2. 4 ed. Revista. Lisboa: Edições Sílabo, 2008.

ROCHA, Charles Yvon; NEVES, Arlinda Duarte. **Estratégia e Plano de Acção Nacional para o Desenvolvimento das Capacidades na Gestão Ambiental Global em Cabo Verde**: Auto-avaliação das Capacidades Nacionais para a Gestão Ambiental Global (NCSA – GEM). Praia: PNUD; GEF; MA, 2007.

TOSINI, Maria F. C. Risco Ambiental para as Instituições Financeiras Bancária. Boletim Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro, **Banco Central do Brasil**, a. 1, n. 2, jan. 2006, p. 1.

WAJNBERG, Daniel; LEMME, Celso Funcia. Sustentabilidade nos bancos brasileiros: exame da divulgação do relacionamento entre iniciativas socioambientais e o desempenho financeiro corporativo. **RGSA – Revista de Gestão Social e Ambiental**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, jan./abr., p. 53-69, 2009. Disponível em: <<http://www.rgsa.com.br>>. Acesso em: 12 jan. 2010.

Recebido em: 10 de abril
Aceito em: 21 de maio